

## OPINIÃO

EDINHO SILVA

# *Democracia ou barbárie é a escolha do nosso tempo*

Polarização decidirá para onde o mundo vai e qual Brasil deixaremos para as futuras gerações. Só venceremos se reorganizarmos a economia, protegemos o trabalho e devolvermos a esperança ao povo.

### **Edinho Silva**

Presidente nacional do PT; ex-ministro da Comunicação Social (2015-16, governo Dilma) e ex-prefeito de Araraquara (SP)

A disputa central do nosso tempo é entre democracia e barbárie. Em diferentes partes do mundo, o pensamento fascista cresce, alimentado pela crise econômica que permanece desde 2008, por consequência do agravamento da insegurança social, pelo medo do futuro, e pela descrença nas instituições, que não respondem às necessidades impostas pelo empobrecimento do mundo. O [pensamento fascista ocupa as redes digitais](#), se alimenta com a desinformação e o ressentimento com a ordem vigente, mas no novo tempo preserva sua essência histórica: a negação do outro, o culto à força, a perseguição aos vulneráveis e o autoritarismo como resposta simplista aos problemas complexos.

Na Europa, os resultados eleitorais recentes revelam esse avanço. Partidos de extrema direita cresceram, condicionaram governos e naturalizaram discursos xenófobos e antidemocráticos. [Portugal](#) é exemplo importante nesse cenário de caos político, e sinal de esperança. A direita não ofereceu

respostas consistentes à precarização do trabalho, ao custo de vida e ao crescente mal-estar social. A extrema direita tentou transformar essa frustração em ódio, mas a vitória da esquerda, do campo democrático, demonstrou que a sociedade não está condenada ao autoritarismo e à xenofobia. Mostrou também que a resposta não está na troca pela troca dos atores políticos, e sim na reorganização do modelo econômico, na reconstrução da esperança e na vitória da democracia como instrumento de transformação da vida real.

Nas Américas, as últimas [eleições](#) revelam o crescimento de forças autoritárias que se apresentam como a negação da política tradicional, mas preservam o sistema de concentração da [renda](#), do aprofundamento das desigualdades, e da submissão nacional aos interesses do imperialismo do século 21. [Donald Trump](#) é o maior representante do fascismo do século. Sua agenda combina expansionismo, perseguição a imigrantes, guerra econômica, desprezo pelas instituições democráticas e defesa agressiva da hegemonia norte-americana.

A disputa por territórios estratégicos, reservas naturais, energia, tecnologia e cadeias produtivas anuncia uma nova geografia mundial em disputa, de um lado a ideologia fascista, do outro, um mundo que pode ser organizado pela cooperação entre povos soberanos, valorização das instalações que zelam pela harmonia global, rompendo com a lógica da violência e do medo.

Esse avanço autoritário tem base material. Sustenta-se em um sentimento antissistema capturado pela direita populista. A origem desse sentimento está na crise econômica iniciada em 2008 e nunca plenamente superada, quando o mundo que crescia em ritmo acelerado no início desse século,

perdeu dinamismo, demonstrando a insustentabilidade do padrão de crescimento que vinha sendo sustentado nas economias centrais, baseado no superendividamento e liberalização financeira. Grandes economias passaram a conviver com baixo crescimento, avanço das desigualdades e insegurança social. Ao mesmo tempo, a riqueza financeira se multiplicou em velocidade muito superior à renda do trabalho.

As exceções mais relevantes foram países que preservaram capacidade do Estado de planejar, investir e estimular o consumo interno, como China e Índia. Economias que articularam Estado, política industrial, infraestrutura, ciência, tecnologia e mercado interno conseguiram fugir, em parte, da retração mundial.

A América Latina, por outro lado, foi uma das regiões mais afetadas, quando vinha demonstrando taxas de crescimento acima da média mundial, em um ciclo virtuoso de crescimento da região, e passou a ter desempenho inferior à média global. Essa reversão coincide com a ruptura de um ciclo político regional, em que havia uma maioria de governos alinhados à projetos de desenvolvimento com ampliação de direitos, e, no novo ciclo, passam a ser, majoritariamente, defensores da redução do Estado e de direitos, adotando a cartilha neoliberal.

Com a incapacidade da direita neoliberal apresentar propostas, em momentos de transformação histórica, é o Estado democrático e planejador que pode induzir crescimento, proteger a sociedade e combater desigualdades.

Vivemos uma tempestade perfeita. O primeiro elemento é o baixo crescimento econômico. O segundo é a concentração brutal da renda, agravada pela financeirização. O terceiro é a crise climática e as guerras, que colocam em risco o futuro da humanidade, agravam um contexto global de insegurança, marcado por pandemias, catástrofes ambientais e pela desesperança das novas gerações com o futuro. O quarto é uma crise de superprodução marcada pelo avanço tecnológico, pelo aumento da produtividade e pela redução da utilização da força de trabalho no processo produtivo. Produzimos cada vez mais com menos trabalhadores. Mas, se os salários são comprimidos e se a renda se concentra, quem terá renda para consumir aquilo que o capitalismo é capaz de produzir no século 21.

A inteligência artificial aprofunda essa contradição. Ela pode ampliar a produtividade e melhorar serviços. Mas, se for controlada apenas pela lógica do lucro privado, substituirá postos de trabalho, reduzindo salários da maioria dos trabalhadores, precarizando vínculos e concentrando ainda mais a renda em escala inédita.

O atual cenário tende a piorar sem regulação, reorganização produtiva e distribuição social dos ganhos tecnológicos.

Essa combinação sustenta o sentimento antissistema e joga sobre a democracia representativa uma nuvem de descrença. Para milhões de pessoas, o próprio conceito de democracia parece distante, algo abstrato, incapaz de responder à vida real. Quando o [salário](#) não chega ao fim do mês, o transporte é caro, a moradia é precária e a juventude não enxerga

futuro, a extrema direita encontra terreno fértil para vender ódio e intolerância como se fosse o caminho da mudança.

Foi assim que o antissistema deixou de ser uma bandeira histórica da esquerda e passou a ser capturado pela direita. A extrema direita não quer mudar o sistema que concentra renda e agrava desigualdades. Quer preservá-lo. Não enfrenta o rentismo, a exploração do trabalho, os privilégios, e a submissão nacional. Como resposta, às organizações políticas, herdeiras do fascismo, oferecem, inimigos internos, violência e medo.

O [8º Congresso Nacional do PT](#), realizado em abril deste ano, recolocou esse debate em seu devido lugar. O campo democrático precisa ser porta-voz da mudança do sistema. A esquerda, tem a missão histórica de levantar novamente a bandeira antissistema, não contra a democracia e suas instituições, como faz a direita, mas o seu contrário: é preciso radicalizar o sentido social da democracia, fortalecer a democracia representativa. Ser antissistema, para os partidos progressistas, tem que ser enfrentar as estruturas que impedem a democracia de entregar igualdade, dignidade, participação e direitos.

Por isso, a reforma da renda é tarefa imprescindível do mundo democrático. Se o capitalismo seguir produzindo riqueza para poucos e insegurança para muitos, seu caminho de colapso arrastará a democracia para uma crise histórica. A forma que o Estado se financia não pode agravar as desigualdades do sistema produtivo. Distribuir renda deixou de ser apenas questão de justiça social –e já seria muito– para tornar-se condição de sobrevivência da própria democracia.

As mudanças no sistema produtivo exigem também a redução do tempo de trabalho. Diante do avanço tecnológico e da precarização crescente das profissões, reduzir a jornada é condição para gerar novas vagas de trabalho, melhorar a qualidade de vida, fazer dos salários instrumento de distribuição da renda e ampliação da base de consumo. A [redução da jornada de trabalho](#) é medida urgente para minimizar o impacto da crise estrutural do capitalismo no século 21.

Também é urgente repensar o papel do Estado. O neoliberalismo foi derrotado como concepção capaz de responder aos desafios históricos do nosso tempo. O mercado sozinho não organizou e nem organizará a transição energética e ecológica, não democratizará as novas tecnologias, não protegerá a soberania nacional e não reduzirá desigualdades. Não salvará a democracia. Precisamos de um Estado reformado, eficiente, democrático, com capacidade de investimento, de pesquisa e inovação para indução de um novo modelo de desenvolvimento. Os ganhos tecnológicos não podem ser apropriados por poucos, agravando a concentração da renda. O Estado tem que garantir que os avanços tecnológicos, a IA, tornem-se as bases para um novo modelo produtivo e distributivo de riquezas.

O Congresso do PT também apontou a urgência da reforma política: fortalecer os partidos, o debate de projetos para a sociedade e o voto em lista, como instrumentos de reconstrução das bases da democracia representativa. Também é urgente criar mecanismos permanentes de participação social. A democracia não pode ser apenas um valor abstrato. Precisa aparecer na elaboração do Orçamento, no transporte, na escola, na saúde, na segurança, na moradia, na cultura, no esporte e no trabalho.

Transição energética, soberania nacional, educação como a base do desenvolvimento e democratização das cidades são partes de uma mesma disputa. Qual o Brasil que deixaremos como legado para as gerações que virão? O destino das nossas reservas de terras raras é emblemático: ou o Brasil será soberano sobre suas riquezas estratégicas, ou será novamente submetido a interesses externos. Não podemos nessa área ser um país produtor de matéria prima e importador de tecnologia. Esse caminho nos levaria para um destino sem futuro digno. Seria a consolidação de uma submissão histórica.

A tarifa zero no transporte público simboliza a democratização do acesso à cidade. O modelo de desenvolvimento urbano que adotamos, com megaregiões conurbadas, impõe o direito à mobilidade urbana. O transporte público se torna política pública tão estruturante na organização da qualidade de vida nos territórios, na democratização de direitos, como saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento social. Importante aqui destacar a necessidade da esquerda formular sobre segurança pública como a capacidade do Estado controlar os territórios e democratizar o acesso das comunidades ao convívio social, a ocupação dos espaços da cidade, e com toda a tecnologia disponível, asfixiar o financiamento das atividades criminosas.

Essas são as questões, essas formulações, essas são as construções políticas que permitirão à sociedade distinguir quem representa a manutenção do sistema e quem quer sua transformação. Quem defende concentração da renda, precarização do trabalho, o negacionismo, a submissão nacional, a política como espetáculo do ódio; quem representa o velho sistema, ainda que venha, ironicamente, se apresentar como

novidade. Quem defende a democracia, a distribuição da renda, a soberania nacional, a participação popular, a educação como instrumento de construção de oportunidades, a transição energética e a dignidade do trabalho; quem representa a mudança real.

A polarização entre democracia e fascismo será o debate definidor do século 21. Ela decidirá para onde o mundo vai e qual Brasil que deixaremos para as futuras gerações. A democracia só vencerá a barbárie se for capaz de reorganizar a economia, enfrentar privilégios, distribuir renda, proteger o trabalho e devolver esperança ao povo.

#### **TENDÊNCIAS / DEBATES**

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.